

ATA DA 007ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2015
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Bom-dia, sr. presidente, srs. deputados que se encontram na Casa, nesta manhã de quinta-feira. A missão do deputado naturalmente é múltipla, entre ela a de fiscalizar o erário público, buscando também fazer a conexão entre a população, suas demandas e o Poder Executivo estadual, mas, sobretudo, nossa missão é legislar, produzir leis.

Quero iniciar este ano legislativo com uma nova proposição, voltada para a área da Segurança Pública, deputado Kennedy Nunes. E eu conversava há pouco com o deputado Vampiro, de Criciúma,

sobre os desafios do nosso estado. Inclusive, há uma coisa interessante que por incrível que pareça ainda não acontece em Santa Catarina. Quando alguém vai embarcar em um avião, a primeira coisa que se exige é o RG, a Carteira de Identidade, deputado Silvio Dreveck, e quando se viaja de ônibus isso não acontece. Estou falando do transporte coletivo intermunicipal, uma distância acima de 100 quilômetros. E o que tem acontecido? É muito mais fácil para o fora da lei andar de ônibus do que andar no seu carro, porque no ônibus ele não vai ser parado, em tese.

Então, a proposta que trazemos ao debate neste Parlamento e que esperamos que possa tramitar com agilidade tem por intento dotar o estado de Santa Catarina com uma legislação que propicie o controle, a identificação e a fiscalização dos usuários dos transportes coletivos intermunicipal, como já disse, em distâncias acima de 100 quilômetros.

É claro que é nosso dever nesta Casa como representantes do povo fazer ecoar a voz da população e procurar viabilizar em especial a questão da segurança pública. E não é só isso, a identificação também de passageiros também é necessária. Inclusive, eu soube de um caso ocorrido na cidade de São Paulo, de uma família que demorou quatro anos para provar que um dos membros da sua família estava num ônibus que foi incendiado, porque não havia, deputado Maurício Eskudlark, v.exa. que é da área da Polícia Civil, a identificação dos passageiros daquele ônibus.

Então, temos visto de forma sistemática, nas rodovias do estado, ônibus envolvidos em acidentes, em assaltos, muitas vezes resultando perda de vida de catarinenses. E nessas ocorrências há total ausência do controle de passageiros no ato do embarque. Não se sabe quem estava no ônibus, o que contribui naturalmente para a incerteza, para a angústia, para a instabilidade dos familiares vítimas de acidentes. Inclusive, em muitos casos apenas o trabalho do IGP traz ciência sobre a identificação desses passageiros.

Nós sabemos que há anos existe um regulamento no transporte aéreo, que permite, entre outras funções, o controle dos passageiros. Mas no transporte rodoviário esse regulamento inexistente, pelo menos no estado de Santa Catarina. E por outro viés, a norma que propomos visa coibir a prática oportunizada pelo mencionado descontrole da identificação dos passageiros.

Algumas pessoas fazem uso das linhas de ônibus para o transporte de substâncias ilícitas, v.exa. sabe muito bem disso, deputado Maurício Eskudlark, como armas, drogas, também usam como meio de fuga. Esses criminosos podem circular entre os municípios sem absolutamente nenhum constrangimento, porque não precisam se identificar com a sua RG. Portanto, essa existência do controle dos passageiros permitirá às autoridades policiais no exercício de suas funções o acesso ao importante banco de pesquisa, pois muitos elementos procurados pela segurança pública e justiça, como já disse, transitam livremente sem se identificar nos ônibus que fazem os percursos intermunicipais no estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Eu quero parabenizá-lo por mais essa iniciativa, v.exa. que tem muitas na área do combate às drogas, do apoio à juventude e também na questão da segurança pública. Para a segurança pública não existe uma receita específica que resolva todos os problemas. Se existisse e determinada ação fosse adotada e acabasse com a criminalidade, seria bom, mas isso não existe.

Então, a segurança pública é um somatório de ações que visam dar tranquilidade à população e principalmente dificultarem a ação de pessoas envolvidas com o crime.

Eu vejo que esse projeto de v.exa. em muito vai ajudar. Hoje v.exa. já explanou, mas quando se entra em um ônibus não se sabe quem está ao nosso lado. Não vai saber se ocorrer algum problema. E

até às vezes, em caso de acidente, vai ajudar o usuário do ônibus.

Os passageiros precisam ter segurança, os que estão viajando. E temos muitas vezes famílias viajando com filhos menores. Às vezes viaja a mãe e o filho. O marido, na rodoviária, se despede e não fica sabendo com quem a sua família está viajando no ônibus.

Então, vejo que a sua ação é muito pertinente, vai colaborar, é mais um ato para a melhoria da segurança pública em nosso estado. Eu acho isso muito importante. Eu acompanho o pensamento de v.exa. e quero ajudar nessa caminhada desse seu projeto.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark, pela deferência.

Em síntese o projeto prevê que as empresas transportadoras ficam obrigadas a emitir o bilhete de passagem contendo a identificação do passageiro, nas viagens cujo percurso seja igual ou superior a 100 quilômetros, dentro do nosso estado. A identificação desse artigo será efetuada pelo registro do nome do passageiro, do número da carteira de identidade e do respectivo órgão emissor. Ao embarcar, o passageiro deverá apresentar o bilhete de passagem acompanhado da carteira de identidade, assim como acontece no *check-in* das viagens aéreas, é claro, sob pena de ser impedido de viajar. O passageiro com idade inferior, com menos de 18 anos, que não possui carteira de identidade, será identificado por meio da certidão de nascimento. E as empresas transportadoras conservarão pelo prazo de um ano os registros da identificação dos passageiros, principalmente em caso de acidente.

O Projeto de Lei n. 020/2015, como já disse, dispõe sobre o serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros e dá outras providências. E esperamos que encontre o devido acolhimento nesta Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra o nobre deputado Fernando Coruja, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, deputado Leonel Pavan, sras. deputadas, srs. deputados, o Brasil vive momentos de apreensão com relação à questão econômica. Quando se lê a previsão dos economistas para os anos de 2015 e 2016, percebe-se que essas previsões pelo menos não são otimistas e muitas são pessimistas com relação ao Brasil nos próximos anos.

Temos que debater essa questão e inclusive nos preparar para problemas sociais que vão se acentuar a partir de 2015 e 2016. Hoje, ouvi uma notícia, deputado Leonel Pavan, v.exa. que é da região de Balneário Camboriú, que uma empresa ligada à Petrobras demitiu 500 pessoas em Itajaí. Então, evidentemente que a perspectiva em termos de desemprego no país, em termos de falta de recursos para os municípios e estados é grande.

Nós, eu não sou economista, e imagino que a maioria deste Plenário também não é, podemos não ter uma compreensão ampla do que está acontecendo. Mas há muitas coisas que precisam ser analisadas. Houve uma crise em 2008, uma crise internacional, desencadeada pela quebra de bancos do sistema imobiliário americano, crise que se alastrou para o mundo inteiro.

É uma economia globalizada, e a perspectiva de interligação e de mudança fácil de capital de país a país faz com que as crises se alastrem. O Brasil não reconheceu a crise. Todos lembram a famosa frase do presidente Lula dizendo que o que estava acontecendo era uma marolinha, ocorrendo uma conotação, uma ligação com uma *tsunami* que tinha atingido a Indonésia, e que não iria atingir o Brasil. Hoje, há um reconhecimento que não foi uma marolinha e que a economia brasileira foi contaminada.

Pela falta de reconhecimento, nós no Brasil não acompanhamos o resto do mundo, o Brasil utilizou um tratamento, uma terapêutica, deputado Dalmo Claro, chamada na economia de anticíclica,

no sentido de que seria aquela terapêutica clássica, a Keynesiana, de, no momento em que houver dificuldade, em vez de controlar as despesas se aumenta, são investimentos aqui e acolá, com a ideia de aquecer a economia. Fugiu do padrão internacional de todos que fizeram políticas cíclicas. Achavam que era o momento de economizar, de restringir, porque com políticas anticíclicas de investimentos apenas estariam adiando a crise. E o resultado está aí colocado.

O paradoxal de tudo isso, eu até trouxe os números anotados, porque são números gigantescos, é que se percebe que existem setores da economia que não sofrem com isso, ao contrário, têm setores da economia que à medida que ocorrem crises, do tipo que está acontecendo, acabam tendo uma rotatividade maior. Vejam por exemplo: no ano 2014, o Banco Bradesco teve um lucro de R\$ 15,08 bilhões, foi o terceiro maior lucro da história de bancos, só suplantado em 2013, pelo Banco Itaú, com um lucro de R\$ 16,04 bilhões, e o Banco do Brasil, com R\$ 15,758 bilhões.

Então, temos um modelo econômico no mundo como um todo absolutamente concentrador. Existe desigualdade de renda, que no Brasil é colossal, ela existe em todo o mundo. Todas as pesquisas demonstram que os maiores conglomerados internacionais estão ficando cada vez mais ricos e há uma concentração de rendas.

Hoje, qualquer loja de departamento na verdade é um banco. Ontem, o meu celular quebrou, fui comprar outro, e na loja, na maior parte das vendas, o pagamento a prazo é o mesmo que se paga à vista. Se não tivesse celular, seria melhor. Eles têm o incômodo de vender o celular, é como se fosse um empréstimo para você, e isso acontece em qualquer loja. Mas algumas lojas são verdadeiros bancos, porque até emprestam dinheiro.

Então, há sem dúvida nenhuma uma brutal concentração, e esse modelo ultraliberal que está presente na maior parte dos países do mundo precisa ser contestado. Há contestações, e o Brasil tem o Fórum Social, em Porto Alegre, porque

é preciso contestar, pois alguma coisa deve estar errada.

O governo do PT, que está no Brasil no seu 13º ano e que se vangloria, e acho que com alguma razão, pelos investimentos na área social, houve vários investimentos na área social, vários programas como Bolsa Família e outros, que são programas, no meu entendimento, importantes, no aspecto macroeconômico não se diferenciou em nada do que aconteceu.

A política macroeconômica tradicional do governo foi a mesma, com incentivo ao setor financeiro. Como exemplo vamos pegar, deputado Neodi Sareta, um projeto que trata do imposto sobre grandes fortunas, que está no Congresso Nacional há muitos anos. Fui até o relator, na comissão de Constituição e Justiça, desse projeto que recebeu parecer favorável, mas ele não andou. Era uma bandeira do PT. É preciso inverter essa lógica.

Os impostos indiretos no Brasil que afetam os mais pobres como o ICMS, que são embutidos naquilo que se compra, e quando não são embutidos na hora em que se compra são por substituição tributária, afetam fundamentalmente os mais pobres. Não há nenhum sinal num país como o Brasil de que se queira fazer qualquer mudança no modelo. Não há nenhum sinal. Não houve em governos anteriores e não houve nenhum sinal no governo do PT de qualquer mudança na questão macroeconômica do ponto de vista global.

Agora estamos em crise. Quando vem uma crise anunciam-se pacotes, vai até chegar um aqui na Assembleia daqui a alguns dias. E os pacotes afetam quem? Quem é que paga a conta por aqueles encaminhamentos equivocados que aconteceram no passado? Fundamentalmente será o trabalhador. Por isso que ele protesta. Ele protesta porque entende que não é o responsável. Claro que quando há uma crise todos têm que se sacrificar, temos que entender. Quando há um momento ruim todos têm que se sacrificar, mas o que não se compreende é que a cada momento que ocorre uma crise o pacote afete o trabalhador. E percebemos que o grande banco não é

afetado. Então, alguma coisa deve estar errada. Porque quando vem um pacote o banco lucra com isso. No ano passado, o Bradesco lucrou R\$ 15,08 bilhões, o maior lucro da história do Bradesco no final de 2014.

Se os bancos têm essa lucratividade e o sistema financeiro é um sistema que é controlado pelo governo, alguma coisa tem que estar errada. Qualquer um de nós que não entende de economia, como este deputado que é médico, como o deputado Gabriel Ribeiro, que é advogado, e tantos outros deputados aqui, não sabe como isso aconteceu. Mas que alguma coisa está errada está.

É preciso contestar este modelo que está colocado no mundo inteiro, pois não se sustenta a quebra, nos Estados Unidos, do banco Lehman Brothers, em 2008, que de repente afeta o emprego de alguém lá em Salto Veloso, em Arroio Trinta.

Por isso, companheiros, é preciso refletir sobre isso. Vamos receber aqui um pacote. O governo federal está lançando um pacote, evidentemente, de medidas emergenciais como essas que são anunciadas, por exemplo, em Santa Catarina, que vão diminuir os cargos comissionados, que eu acho que precisam ser aplaudidas. O governo federal tem mais de 20.000 cargos comissionados! Quando muda o governo nos Estados Unidos mudam 200 pessoas, 300 pessoas.

Não há instituições e o serviço público continua da forma que está, com inúmeras críticas a vários setores. Evidentemente que alguma coisa está errada. Não é possível que os bancos tenham essa lucratividade num momento de crise como este e este modelo não seja contestado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, sr. presidente.

Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, eu gostaria de emendar no discurso do

eminente deputado Fernando Coruja sobre essa questão de algumas realidades no Brasil que estamos vivendo. O referido deputado falou sobre esse lucro excessivo dos bancos. Talvez nunca houve, na história do Brasil, deputado Luiz Fernando Vampiro, tanto ganho dos banqueiros e nunca ficou tão caro para os usuários do sistema, deputado Rodrigo Minotto.

Mas eu queria aproveitar e falar, deputado Silvio Dreveck, sobre uma situação que o Brasil está vivendo. Lembro que o ex-deputado Joares Ponticelli falava aqui sobre a questão do Procon Eleitoral. Nós deveríamos ter um Procon Eleitoral, ou seja, o eleitor que votou e que se sentiu lesado deveria, deputado Cleiton Salvaro, ir lá no Procon Eleitoral para fazer uma queixa. E falo isso porque durante o debate eleitoral do primeiro e do segundo turno da eleição presidencial, no ano passado, uma das palavras mais usadas pela presidente Dilma Rousseff, então candidata à reeleição, foi o Pronatec. Virou até mimo nas redes sociais o Pronatec, porque tudo se resolvia no Pronatec.

Quando era pequeno participei de um teatro na minha igreja fazendo o papel de um filho de um casal em que o pai era alcoólatra e essa criança pedia para a mãe um tênis novo e ela dizia: "O teu tênis está lá no fundo da garrafa". Ela mostrava a garrafa da cachaça do pai. "Mãe, as crianças estão rindo da minha roupa, que está velha." E a mãe dizia: "A tua roupa nova está lá dentro do fundo daquela garrafa de cachaça." Tudo que a criança pedia, a mãe dizia que estava no fundo daquela garrafa. Um dia a criança pegou a garrafa e começou a quebrar o fundo dela. O pai chegou em casa bravo e brigou com ele por estar quebrando a garrafa e a criança disse: "É que a mamãe disse que tudo que eu pedir vai estar aqui no fundo da garrafa. Então, vou quebrar o fundo da garrafa para ver se tenho o que eu quero."

Essa peça que aconteceu e que eu participei lembrou-me a presidente Dilma Rousseff no Pronatec. Eu me lembro que num debate, em uma dessas televisões em que havia inteiração dos

eleitores, havia uma profissional que já tinha faculdade, não lembro a sua profissão, se era engenheira, arquiteta, mas já tinha terceiro grau, que disse que estava desempregada. Para resumir, a presidente disse: "Faz o Pronatec que vai resolver o negócio." E por que estou falando no Pronatec? Porque depois que a presidente Dilma Rousseff se reelegeu ela não pagou mais o Pronatec em novembro, em dezembro, em janeiro e em fevereiro: quatro meses. A lei do Pronatec diz que mesmo em férias paga-se o Pronatec.

As escolas que têm os alunos do Pronatec estão apavoradas porque não conseguem nem mais pagar os juros do dinheiro emprestado. E fazer o que, deputado Leonel Pavan? O que os alunos e os donos de escola vão fazer? O governo alega que o recurso está bloqueado e que assim que abrir o caixa do ano de 2015 vai poder fazer o pagamento. E os anteriores ele não fala nada!

Então, assim como o deputado Fernando Coruja falou, em todos esses pacotes, na verdade, quem paga é o trabalhador, e ele faz esse tipo de manifestação contrária porque não tem culpa. Agora a culpa também está sendo colocada nos ombros dos alunos que muitas vezes necessitam disso para ter uma oportunidade melhor de emprego e não estão tendo a reciprocidade e a garantia que o governo deveria dar para que possam terminar os seus estudos.

Assim sendo, deixo aqui o meu repúdio ao governo federal que simplesmente ignora a necessidade dos alunos estarem estudando, ignora toda essa fase e não paga desde novembro os alunos ou as bolsas do Pronatec, programa tão falado na campanha da presidente Dilma Rousseff! Ela só falava nisso. Pois ela virou e ganhou a eleição! Eu acho que depois da eleição perguntaram para ela o seguinte: "Presidente, o que é que a gente vai cortar?" Como ela estava acostumada a falar toda hora sobre o Pronatec, a primeira palavra que ela falou foi Pronatec. E aí cortaram o Pronatec. E agora os alunos do Pronatec estão a ver navios. Engraçado que ninguém fala nada!

Aqueles defensores que usavam a tribuna para evidenciar o Pronatec, que o governo federal iria investir nos alunos, estão igual passarinho na muda, não piam nada, não falam nada! Se não é alguém vir aqui falar, simplesmente parece que isso não está acontecendo, está tudo normal. Desde novembro está atrasado o Pronatec, mas parece que para os defensores do governo está tudo muito normal, e não está! Mas eu estou colocando aqui isso.

Recebi, esta semana, várias ligações de alunos e proprietários de escolas que estão apavorados, porque não sabem mais o que fazer! Por quê? Porque simplesmente o governo não dá nenhuma demonstração de que vai pagar os atrasados e, pior, não dá nenhuma demonstração de que o programa vai continuar.

Ah se houvesse o Procon Eleitoral! Se houvesse o Procon Eleitoral eu acho que a reclamação dos que votaram na presidente Dilma Rousseff estaria maior do que o número de reclamações das companhias telefônicas de celular, que são campeãs de reclamação de todos os procons, porque foi o maior calote eleitoral existente dos últimos anos, desde a votação de 89 para cá. Um absurdo do tipo que não dá para explicar.

Eu gosto da leitura que estou fazendo do novo presidente da Câmara dos Deputados, deputado Eduardo Cunha. Ele coloca, de forma independente, na Câmara dos Deputados, como as coisas são e como devem ser. Gostei da declaração dele ontem dizendo: "Não é o presidente que escolhe o presidente da CPI. Quem escolhe são os blocos lá. O PMDB tem o seu bloco. Só não pode ficar Presidência e relatoria com o mesmo partido." Gostei dele, quero deixar aqui claro. Deputado Eduardo Cunha, o Brasil começa a entender, já que não há Procon Eleitoral, que o Congresso pode dar uma segurada nessa fome de mentiras do governo federal.

O Sr. Deputado Mario Marcondes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Mario Marcondes - Obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Acho que a solução, já que não temos o Procon Eleitoral, que os planos de governo devem ser registrados também no TRE e no TCE, como nós, que somos tão fiscalizados nas nossas prestações de conta. Por causa de uma nota, por causa de um CNPJ, do número diferenciado, somos impugnados e muitas vezes até arriscados a não ser diplomados. Entendo que está na hora de mudar a nossa legislação eleitoral e fazer com que os planos de governo, que são praticados, editados e badalados nos meios de comunicação, principalmente da televisão, também sejam registrados no TRE e no TSE. Quem sabe nós assim possamos arrumar um substituto do Procon Eleitoral.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Obrigado, deputado Mario Marcondes. Isso os partidos já devem fazer. O problema é que parece que o PT não fez na última eleição, talvez com medo do Procon Eleitoral.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente e srs. deputados, amigos telespectadores da nossa TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, assomo à tribuna, na manhã desta quinta-feira, para falar aqui sobre o Projeto de Lei n. 0014/2015, que dispõe sobre a instalação obrigatória de dispositivos de segurança nas piscinas residenciais ou coletivas no estado de Santa Catarina.

Para falar sobre este projeto, primeiramente vamos apresentar uma matéria veiculada no programa do *Fantástico*, da Rede Globo, para explicar o projeto de minha autoria que tramita nesta Casa e sua importância.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Realmente é um vídeo extremamente chocante e causa uma grande impressão e comoção.

(Passa a ler.)

"As piscinas são responsáveis por 53% de todos os casos de óbitos por afogamentos na faixa entre um a nove anos de idade.

Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Piscinas, cerca de 40 mil delas em todo o Brasil têm ralos com dispositivos de segurança. Isso significa 2%, senhores, de um total de 1,8 milhão de piscinas. Temos que avançar e muito. Se as medidas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, ABNT, fossem cumpridas, muitos acidentes seriam evitados. O aparelho utilizado para evitar a sucção custa em média R\$ 50,00, e com a instalação pode chegar a R\$ 300,00.

Países como Colômbia e Estados Unidos já aprovaram esta lei. No Brasil, o tema está parado no Congresso, como os senhores puderam visualizar no vídeo. Aqui na Assembleia, no ano passado, colocamos o assunto em debate e não foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, foi arquivado. Mas quero resgatar e mostrar a importância dessa lei que pode salvar vidas. E a reflexão que fazemos: não bastam ideias, é preciso de atitudes, presidente Leonel Pavan."

Eu pergunto: quanto custa uma vida, meu amigo líder do governo Silvio Dreveck? Qual é o valor? Como se mensura a perda de um ente querido, de um filho, de um neto? É de valor incomparável, imensurável, não tem preço! Então, são atitudes simples que precisam ser tomadas. E eu digo sempre: quem faz a pasta é o titular. É um detalhe que faz com certeza a diferença entre a vida ou a morte, entre ser uma pessoa saudável ou ficar a vida toda amargando em uma cama.

Realmente é um assunto importante e palpitante e que requer com certeza uma iniciativa muito por parte do governo, dos organismos de fiscalização, porque não é possível em um país onde temos 1,800 milhão de piscinas e tão somente 40 mil têm dispositivo de segurança, ou seja, 2%. Eu espero sinceramente a compreensão de meus nobres pares para que possamos dar celeridade a todos os procedimentos, fazer a aprovação com a sanção do

sr. governador do estado, no tempo mais breve possível.

O Sr. Deputado Rodrigo Minotto - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Concedo um aparte ao nobre companheiro deputado Rodrigo Minotto.

O Sr. Deputado Rodrigo Minotto - Deputado Valmir Comin, quero aqui enaltecer, elogiar, a sua iniciativa, apesar de que na gestão passada houve o indeferimento ou arquivamento da sua proposta. Então, que seja revista, para que realmente a população catarinense tenha essa segurança nas suas atividades aquáticas, podemos dizer assim, para que nós, pais, tenhamos a segurança de que quando utilizarmos dessas piscinas de clubes e tudo mais com os nossos filhos tenhamos a garantia da segurança, para que não haja uma fatalidade ou algo parecido que nos dê muita tristeza.

Parabéns pela iniciativa e conte conosco naquilo que for do nosso alcance para contribuir com esse projeto de lei para o nosso estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Obrigado, deputado Rodrigo Minotto. Peço a providência divina que nos ilumine, porque, na maioria das vezes, achamos que isso só vai acontecer com as outras famílias, com as outras pessoas, mas esse é um episódio que pode acontecer com qualquer um de nós, com familiar, amigo, alguém próximo de nós. Por essa razão, é que devemos tomar providência.

Obrigado, sr. presidente e obrigado srs. deputados.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

(Pausa)

Na ausência de representantes do PSD, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Luciane Carminatti, por oito minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o sr. presidente, as demais deputadas e deputados.

Minha manifestação, no dia de hoje, refere-se a um tema que tem sido muito discutido nesta Casa, em relação aos investimentos em educação. Ontem mesmo os deputados se manifestaram sobre esse assunto.

Eu estava, ontem de manhã, no município de Urussanga, deputado Rodrigo Minotto, conversando, discutindo com os professores daquele município. Na semana anterior, estive em municípios do oeste discutindo a construção dos planos municipais de educação. E no debate da construção dos planos municipais de educação, nós construímos uma relação entre os planos nacionais e estaduais, e é a isso que eu me reporto.

No ano passado, em junho de 2014, nós aprovamos o Plano Nacional de Educação, que estabelece 20 metas, 242 estratégias que são as ações que vão regulamentar a aplicação dessas metas, e o Brasil felizmente aponta um futuro bastante positivo para a educação brasileira.

Entre as 20 metas, quero destacar a necessidade de chegarmos a 10% da riqueza nacional investida em educação, sendo que até o quinto ano de vigência do plano temos que chegar a 7%. As informações que nos chegam é de que já estamos 6,4% do Produto Interno Bruto.

Portanto, chegar a 7% não é a grande dificuldade. O grande desafio será dez por cento. É para isso que entram os recursos do Fundo Social do Pré-Sal e também da extração do pré-sal. Ontem mesmo fazia a leitura de um artigo da Fundação Getúlio Vargas. Nesse artigo, um economista apontava os recursos que serão destinados para a Educação, que, deputado Luiz Fernando Vampiro, têm gerado uma cobiça muito grande.

Nós poderíamos, no ano passado, ter aprovado uma legislação que não colocasse 75% para a Educação, do pré-sal, e 25% para a Saúde. Mas, felizmente, o governo da presidenta Dilma, a sociedade brasileira, o Congresso Nacional, foram sensíveis e reconheceram que é preciso colocar

mais recursos na Educação. Aqui mesmo, nesta Casa, o deputado Neodi Saretta tem um projeto que busca chegar a 30% dos investimentos dos estados, no caso, no estado de Santa Catarina, para a Educação.

Então, esse recurso todo, segundo o próprio economista, começa, em 2015, a acrescentar o orçamento da Educação, que já cresceu muito, diga-se de passagem. E vou pegar como exemplo o município de Chapecó. Em 2002 nós tínhamos um orçamento para a Educação, do Fundeb, da receita transferida, de R\$ 9 milhões. Em 2013, o ano passado nem está computado, nós chegamos a R\$ 57 milhões que o município recebeu.

Essa é a realidade da grande maioria dos municípios, seis vezes é o aumento do orçamento da Educação. É suficiente? É obvio que não é, porque hoje a sociedade exige que a criança, desde a primeira infância, de zero a três anos, esteja em uma creche, é um direito fundamental. Nós temos que ampliar a Educação, segundo uma das metas do Plano Nacional de Educação, em tempo integral, para no mínimo metade das escolas. Nós temos a Meta 17, que é com relação ao salário do magistério brasileiro, que deve chegar a um salário mediano. Ou seja, equiparar às demais profissões de graduação. O nível de habilitação compõe então esse salário mediano.

Então, são metas bastante ousadas, mas por que eu trago esse assunto neste momento? Porque nós, deputados, precisamos fazer essa leitura adequada, os investimentos em educação cresceram muito, não são suficientes, mas cresceram muito. Basta que façamos uma leitura de quantos institutos tecnológicos nós temos nas nossas regiões. Algo que não existia. A presença, hoje, do ensino técnico e profissionalizante, a presença hoje do ProUni, do Fies, com toda polêmica, agora, em relação às novas regras que, no meu entendimento, parte delas, precisam ser revistas, porque nós temos alunos matriculados numa condição anterior que precisa ser respeitada.

Mas eu quero dizer que a Educação hoje tem importância, e tem tanta importância que o *slogan*

do governo federal é Pátria Educadora. Isso quer dizer que a sociedade chegou ao entendimento de que precisamos investir em educação. E eu não quero jamais acreditar que há uma onda, hoje no Brasil, por trás de todas as denúncias da Petrobras, que devem ser apuradas, os corruptos devem ser punidos, se assim for provado, mas por trás, também, há uma clara e evidente intenção de mexer nesse recurso do pré-sal, porque é a maior fonte de riqueza, é o dinheiro novo que não existia.

Nós temos aí em torno de R\$ 220 bilhões previstos para entrar na Educação e na Saúde. Recurso esse que pode ser maior, se o petróleo aumentar, ou nós podemos ter uma redução se o preço do petróleo for reduzido, porque a base de cálculo é o valor do barril de petróleo.

Então, quero dizer que nós temos um grande futuro que está se construindo. Eu falo, deputado Rodrigo Minotto, porque tem essa sensibilidade com a Educação e sabe quanto a Educação emancipa, constrói cidadania, e permite que nós possamos ter uma qualidade de vida melhor. Mas, aqui nesta Casa, teremos a tarefa de avaliar o Plano Estadual de Educação, que precisa entrar até junho deste ano aqui. É o primeiro plano estadual, portanto, à luz das metas nacionais, o que é que o nosso estado avança? E, além do Plano Estadual de Educação, nós temos o desafio de cada município construir o seu plano municipal. Portanto, vamos discutir muitas vezes o tema da Educação.

Muito obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PDT.

Com a palavra, o sr. deputado Rodrigo Minotto, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Sr. presidente, srs. deputados.

Quero aqui falar, pegando um gancho do deputado Kennedy Nunes, sobre o Pronatec. O governo federal, em 2014, segundo a mensagem anual

que o governador nos trouxe aqui no início da legislatura, investiu em Santa Catarina aproximadamente R\$ 90 milhões do Pronatec. O estado de Santa Catarina investiu em qualificação profissional aproximadamente R\$ 750 mil. Esse é um momento de reflexão para que nós possamos realmente solicitar ao governo do estado que haja um programa, uma política pública vocacionada à qualificação profissional.

Se há uma crise iminente, com certeza, poderá afetar e afetará Santa Catarina, e o que nós teremos para dar aos jovens e adolescentes do estado é a oportunidade de se qualificar para o mercado de trabalho. O mercado de trabalho é muito competitivo e a busca é de quem tem o conhecimento. Hoje a disputa é entre quem tem e quem não tem o conhecimento do mercado de trabalho. E eu tenho certeza que se houver, do governo do estado, uma política pública vocacionada à qualificação profissional dos jovens e adolescentes, com certeza nós podemos minimizar essa crise interna no nosso estado de Santa Catarina.

Cabe aqui uma reflexão aos nossos nobres colegas para que juntos possamos desenvolver e apresentar ao governo do estado um programa de qualificação profissional aos jovens e adolescentes, para que tenham, realmente, a oportunidade para a sua inclusão no mercado de trabalho.

Quero trazer aqui um tema que já foi debatido na legislatura passada, e muito forte, pelos deputados Valmir Comin, José Milton Scheffer, os deputados da base da região carbonífera, que é a pavimentação da rodovia Jacob Westrup, lá do município de Forquilha, da minha cidade, que liga Forquilha ao município de Maracajá.

Nós temos aí uma rodovia que há mais de 40 anos é transitável. Antes mesmo da conclusão da BR-101 já era utilizada essa rodovia para o acesso ao Rio Grande do Sul.

Nós não temos dúvida que a pavimentação desta rodovia irá trazer grandes benefícios, não somente ao município de Forquilha, mas aos municípios

vizinhos, como Nova Veneza e a todo vale do Araranguá. É o escoamento da indústria é o escoamento do agronegócio, é o escoamento das atividades que são desenvolvidas naquela região.

Então, estou aqui fazendo um apelo, deputado Valmir Comin, v.exa. que foi um defensor dessa causa, para nos unirmos a fim de que possamos interceder junto ao governo do estado e ao secretário da Infraestrutura para resolver essa situação. Na época, o nosso deputado Valdir Cobalchini, que era secretário de Infraestrutura, em audiência pública, declarou da viabilidade e da necessidade da pavimentação daquela rodovia.

Então, quero aqui somar os esforços com os nossos deputados, Luiz Fernando Vampiro, Valmir Comin, José Nei Ascari, José Milton Scheffer, Cleiton Salvaro, Ricardo Guidi, Jean Kuhlmann e Manoel Mota, para que juntos possamos realmente trazer ao nosso município o desenvolvimento e, tenho certeza, isso ajudará em muito no crescimento e na qualidade de vida das pessoas.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Nobre deputado, essa rodovia, na verdade, se caracteriza como a número um, a primeira rodovia estadualizada no estado de Santa Catarina, que era o laço da antiga BR-101. E, realmente, ela vem trazer o fomento de uma região, da região agrícola, o potencial metalmeccânico, a avicultura, e nós conseguimos, numa ação conjunta com o governo, um recurso de R\$ 3 milhões do ano próximo passado.

E conseguimos, num entendimento com a secretaria da fazenda e a secretaria de Infraestrutura, no orçamento que veio do estado, R\$ 5 milhões para este ano. O que nós precisamos realmente é cobrar do sr. governador e da secretaria de Infraestrutura que realmente esse orçamento possa ser cumprido e essa obra possa ser concluída.

É claro que a totalidade dela vai exigir em torno de R\$ 12 milhões, mas tudo tem um início, um meio e um fim, e precisamos acompanhar todo esse

procedimento. Concordo com v.exa., acho que nós temos que unir forças, conjuntamente, principalmente a bancada do sul, que dentro de uma ação suprapartidária tem pautado obras estruturantes para o desenvolvimento da nossa região.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

Eu não tenho dúvida de que R\$ 5 milhões, que já está no orçamento, é pouco, mas eu acredito que pela sensibilidade do governador, pela representação política que temos no sul do estado, tenho certeza de que ele irá contribuir para que a conclusão dessa obra seja efetivada.

Então, cabe aqui a nossa manifestação e o nosso apelo pela sensibilidade do governo do estado, através do governador e da secretaria de estado de Infraestrutura, em poder viabilizar a execução dessa obra.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Bloco Frente Renovação - PSD, PR e PPS.

(Pausa)

Não havendo oradores do Bloco Frente Renovação que queiram fazer uso da palavra, os próximos 12 minutos estão destinados ao Bloco Social Progressista - PP e PSDB.

Com a palavra, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Gostaria de cumprimentar todos os colegas deputados e o deputado Mario Marcondes, que preside esta sessão.

Início hoje o meu pronunciamento falando um pouco sobre a Campanha da Fraternidade de 2015, que foi lançada ontem pela Igreja Católica aqui no Brasil e que traz como tema igreja e sociedade.

É um momento muito oportuno no nosso país, em termos de reflexão daquilo que a igreja precisa se aproximar cada vez mais da sociedade. Além de se fazer ouvir, também para a sociedade seguir as bandeiras e caminhar em conjunto com a igreja.

Dom Vilson, ontem, ao lançar a Campanha da Fraternidade, também falava sobre o envolvimento da igreja numa campanha forte em nível de Brasil, para uma reforma política do nosso país.

Isso nos remete que a Igreja Católica deve estar lançando, pela CNBB em conjunto com outros organismos da sociedade, uma campanha para a coleta de mais de dois, três milhões de assinaturas para provocar um grande debate em nível de Brasil, e depois no Congresso Nacional, para empurrar de vez essa reforma política cuja falta tem causado um mal muito grande em nosso país.

Então, de uma vez por todas, nós temos um momento para que a sociedade, o próprio envolvimento da igreja, a comunidade, o país possa debater uma reforma política, uma nova forma de se fazer eleições, da representatividade da população. A população já foi nas ruas, no ano de 2013, pedindo uma melhor representatividade política. E esta Casa deve também refletir sobre isso, a Mesa Diretora e todos nós deputados, sobre os caminhos que o Poder Legislativo deve indicar para os catarinenses.

Por isso, quero aproveitar aqui também o lema, a Campanha da Fraternidade, *Eu Vim para Servir*, que tem como tema o envolvimento da igreja e sociedade, caminhando juntos por uma sociedade mais justa, mais fraterna para todos nós, que no fundo é o objetivo de todos nós, mas que agora, com o envolvimento mais forte ainda da igreja, tem uma grande expectativa, uma esperança de que isso possa redundar em uma participação maior da sociedade na vida política e pública do nosso país, e com isso colhermos resultados. Para que não ocorram abismos, como vêm ocorrendo, o crescimento da corrupção, da violência, da falta de solidariedade e de um atendimento digno na saúde.

Nós esperamos que todo esse envolvimento possa redundar numa reforma política, numa reforma tributária que seja mais justa e efetiva para os brasileiros, para com os municípios e também para os estados.

Por isso, renovo as minhas esperanças e cumprimento a CNBB pelo tema que traz, bem como também a busca do envolvimento de todos nós para que de uma vez por todas, nesta legislatura, o Congresso Nacional possa imprimir um ritmo forte e votarmos de uma vez por todas uma reforma política que traga melhores condições para os nossos representantes e que possamos trabalhar mais sintonizado com as prioridades da população.

Nós vimos nos últimos dez anos, deteriorarem os serviços públicos da área da Segurança Pública, os serviços públicos da área da Saúde, na área da Educação. Nós vimos hoje prefeitos com suas folhas de pagamentos asfixiadas por não poder fazer a manutenção da educação, como era necessário. Enfim, hospitais filantrópicos fechando suas portas e muitas outras instituições com problemas.

Por isso, quero aqui, dessa tribuna, cumprimentar a CNBB, cumprimentar todos os católicos pela Campanha Fraternidade que foi lançada na tarde de ontem, que nos leva a uma grande reflexão, que todos estamos aqui para servir e que a igreja deve discutir e se aproximar cada vez mais da sociedade. É uma esperança que temos.

Eu agora encerro a minha palavra e deixo o tempo restante do horário do meu partido para o deputado Leonel Pavan.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra o deputado Leonel Pavan para concluir o espaço reservado ao Bloco Social Progressista.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Quero aqui agradecer ao amigo e líder, deputado José Nei Ascari e dizer que nós ainda continuamos nesse ritmo de cobrança de algumas obras que são fundamentais para Santa Catarina.

Há uma diferença muito grande entre Balneário Camboriú, que arrecada mais de R\$ 700 milhões por ano; e o município de Camboriú, onde o IDH é baixo, por ser mais pobre, que arrecada um pouco mais R\$ de 100 milhões. Camboriú é quase que o

dormitório da cidade de Balneário Camboriú. Os problemas sociais estão lá em Camboriú. Já Balneário Camboriú é uma cidade rica, pequena, fácil de governar, eu mesmo governei por três vezes e por sei e condições melhores de governabilidade. Camboriú tem muitos problemas sociais e por isso cobra da prefeita Luzia investimentos na área sócia, na saúde, na educação, na infraestrutura, mas a prefeita não tem como governar o município se não vier recursos de fora. Mas mesmo assim ela está-se tornando uma das melhores administradoras porque sabe aproveitar muito bem os poucos recursos que ela arrecada naquela cidade, e está também aproveitando para implantar a turismo rural, o turismo ecológico e o de esportes radicais.

Agora teremos, no próximo dia 22, uma etapa da prova mundial dos 200km de ciclismo, que irá projetar a cidade. A prefeita vai dar projeção a Santa Catarina e ao município de Camboriú. Infelizmente, os recursos não foram concedidos em função de estar iniciando um governo. Eu fiz aqui inúmeras vezes algumas críticas ao governo estadual, porque acho que os secretários precisam ser mais ágeis no atendimento das reivindicações. É importante que eles agilizem e passem a atender mais rapidamente os pleitos de cidades pequenas, interioranas, que precisam de melhores investimentos.

Quero, agora, fazer um elogio ao governador Raimundo Colombo. Muitas vezes vim aqui na tribuna para cobras, como agora a falta de investimentos na área de turismo, mas agora quero aqui enaltecer, porque parece que o acesso de Itapema a Camboriú foi licitada a obra e vão dar encaminhamento.

Quero aqui deixar registrado os meus cumprimentos ao governador por essa obra. Vamos ficar atentos, enaltecendo aquilo que fizerem de bom e cobrando aquilo que deixarem de fazer. O Morro do Encano é uma obra fundamental para diminuir o número de veículos na BR-101, entre o Balneário Camboriú e Itapema.

Então, fica registrado o nosso apelo para que os secretários atendam às reivindicações, é claro, quando for possível e legal. E fica aqui também registrado o nosso elogio ao governador, por estar atendendo a um pleito de todos, em relação à construção da rodovia do Morro do Encano.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra o deputado Luiz Fernando Vampiro, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Sr. presidente, srs. deputados, quero cumprimentar todos os vereadores, especialmente o vereador Edilson, de pescaria Brava, o vereador Chocolate, do município de Arroio do Silva, enfim, a todos aqui presentes.

Ontem falei a respeito do sul de Santa Catarina, que em 2006 era conhecido pela rejeição, que estava ilhada por mar, ar e terra. Nós tínhamos o Porto de Imbituba, administrado pela família Catão, numa forma muito devagar, quase parando. Nós tínhamos a BR-101, numa duplicação omissa e sem qualquer tipo de ação. E nós tínhamos, efetivamente, o aeroporto Diomício Freitas, interditado pela Anac.

Evoluiu-se muito, não há dúvida nenhuma, o governo do estado fez uma intervenção muito boa junto ao governo federal para que o Porto de Imbituba passe a gestão à SC Parcerias, que vem trazendo resultados expressivos para toda Santa Catarina e para o sul. Nós tivemos a interdição do aeroporto Diomício Freitas, sendo levantado pelo governador Raimundo Colombo através de um investimento de R\$ 3,9 milhões. Enfim, essas vias principais estão sendo desobstruídas, estão tratando de retomar o desenvolvimento econômico nesse sentido.

Também poderia falar da via rápida, uma obra de R\$ 98 milhões que vai ligar toda a grande Criciúma à BR-101. Hoje a gente leva quase 60 minutos para ir de Criciúma até a BR-101. Nós

tivemos a obra do anel de contorno viário, que também está sendo executada pelo governo do estado de Santa Catarina. Tivemos a obra da SC-442, uma parceria pública privada entre a empresa Eliane e o governo do estado, na ordem de R\$ 28 milhões. Enfim, estamos tendo obras e avanços importantes e significativos nessa linha estrutural. Mas temos alguns gargalos que precisam ser vencidos, temos a Serra do Faxinal, a Serra do Corvo Branco, enfim, temos algumas obras que já foram iniciadas e outras a iniciar.

Fiz uma indicação, através de requerimento, a respeito de uma situação muito emblemática. Desde 2006 deu-se início uma obra importante e significativa, na qual o deputado Valmir Comin tem uma presença física familiar, mas também uma presença de ação, neste sentido, que é a obra do BID 3. Nós estamos no BID 6 e estou falando de uma obra do BID 3, que liga a Serra do Rio do Rastro, Bom Jardim, São Joaquim, através de Lauro Müller, até o município de Treviso.

Essa obra teve uma intervenção, foi mudada de curso, teve inúmeras alterações. A empresa Sul Catarinense, ganhadora do certame público, abandonou a obra, alegando a não execução do contrato pelos preços que foi ofertado. Foi feita uma nova licitação e a obra continuou. E o que acontece é que se deu na semana retrasada a sexta paralisação em virtude de que faltam, aproximadamente, de três a quatro quilômetros para a conclusão de uma obra importante.

O meu requerimento ao Deinfra tem por objetivo saber o que está acontecendo. É um problema de indenizatório? É um problema efetivo, por não ter começado o orçamento do ano de 2015 para o pagamento da empreiteira? É uma culpa da condição climática? É uma culpa do recurso financeiro, que está atrasado por aparte do BID? Enfim, de quem é a culpa? Só faltam três quilômetros para a sua conclusão. Então, esse é um requerimento que foi feito, no sentido de, nesse primeiro momento da nossa legislatura vencer os obstáculos, a pauta antiga, para que a gente comece a legislar, a trazer para esta Casa Legislativa as intenções e

as ideias da comunidade que vem nos trazendo a todo o momento.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Deputado, tive a alegria de, quando governador, compor a minha equipe com o seu nome na secretaria o Desenvolvimento Regional de Criciúma. Sabemos da sua competência, seu caráter e seu trabalho. Com certeza tudo que já realizou em sua região irá fazer também por toda Santa Catarina. E o seu carinho pela região sul é demonstrado no seu pronunciamento. A sua preocupação com as rodovias federais e estaduais.

Hoje, pela manhã, ouvi na RBS alguns comentários sobre esse assunto. Fiquei impressionado com a falta de conservação das rodovias. Já fui governador, e posso dizer que naquele tempo as reclamações eram bem menores. No pouco tempo que estivemos governador, dedicávamos 24 horas por dia para fazer tudo que era possível, Não nos acomodamos.

Inclusive determinei que fosse feito o chamado, "três dias em um", para acelerarmos as obras. Mas agora o governo Colombo, que apoiou a Dilma Rousseff, disse que recebeu milhões e milhões do governo federal, que tem pela presidente uma gratidão enorme e por isso trabalhou para ela, defendeu-a, queria saber se tem a mesma gratidão agora, com essa crise implantada no Brasil, na Educação, da Saúde, na Educação, na Infraestrutura? Gostaria que ele, que recebeu milhares de recursos, pudesse explicar melhor onde foram aplicados os recursos, já que tanto v.exa. como outros deputados estão aqui falando das precariedades das rodovias estaduais.

Aproveito esse aparte, e está aqui o deputado Neodi Saretta, para perguntar quantos milhões realmente o governo federal liberou para Santa Catarina, quanto foi liberado pelo Banco do Brasil, pelo BNDES. Gostaria de fazer aqui um debate para cobrar do governo de Santa Catarina

onde estão os recursos e por que as obras não estão saindo do papel.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Agradeço o deputado.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado, quero primeiramente parabenizar v.exa. pelo seu mandato. E digo sempre que a maior obra que o sul estabeleceu nos últimos anos foi a quebra de paradigmas e a luta suprapartidária na defesa de todo o estado e de maneira especial da região sul, por consequência da pauta idealizada pelas três entidades, Acic, Aciva e Acit, que a classe política passou a aderir essa pauta de obras estruturantes. E v.exa. até pela experiência de ter sido secretário regional, e tenho as minhas interrogações com relação às regionais, acho que precisa haver um enxugamento, mas a regional de Criciúma, efetivamente, a Regional de Criciúma, fez por merecer.

Com relação às colocações do deputado Leonel Pavan, os R\$ 10 bilhões foram aprovados por este Parlamento, aliás foi possível graças à capacidade de financiamento do estado. O governo fez a sua parte, do contrário não teria sido avalizado pela presidente Dilma Rousseff, mesmo porque é um recurso que o trabalhador, o cidadão catarinense pagador de impostos vai ter que pagar, centavo a centavo, afinal de contas os R\$ 10 bilhões vêm via Banco do Brasil e BNDES. Até onde sei veio em torno de R\$ 2,5 bilhões. Quer dizer, faltam ainda R\$ 7,5 bilhões para serem encaminhados para tantas obras estruturantes do estado de Santa Catarina.

Essa é uma razão pela qual também estamos aqui, como fiscalizadores, apoiadores e cobrar as ações efetivas do governo do estado para o interesse da sociedade catarinense. Parabenizo v.exa. pelo tema abordado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Agradeço, deputado.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Pois não!

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Quero apenas cumprimentá-lo. Sua entrada nesta Casa vem reforçar este Parlamento. Gostaria de fazer uma reflexão: a rodovia que liga Treviso a Lauro Müller iniciou em 2007, hoje estamos em 2015 e o governo do estado não conseguiu terminar. Isso nos deixa um pesar muito grande. Precisamos, além de reivindicar as obras, preocuparmo-nos com a celeridade das mesmas, com a qualidade. A rodovia que passa por Urussanga está sempre congestionada. Trata-se de uma região que está suprimida de desenvolvimento. Infelizmente, o Deinfra não consegue terminar a obra, já faz sete anos. É um trecho curto. Precisamos focar e terminar primeiro o que está iniciado, a via rápida, essa rodovia que liga Treviso até Lauro Müller, a Serra do Faxinal. Cumprimento pelo pronunciamento e pela pertinência do tema.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Perfeito, deputado.

Então, precisamos fazer um requerimento sobre qual o entrave efetivo que existe naquela obra para que possamos dar um resultado concreto e plausível para a comunidade do sul de Santa Catarina, as Câmaras de Treviso, Lauro Müller e Bom Jardim que estão unidas no propósito de conclusão desta rodovia.

Gostaria, apenas, de fazer essa reflexão com o presidente do Deinfra para que possamos em curto espaço de tempo resolver essa situação. Também quero falar de uma obra importante que teve a participação do governo de Santa Catarina, que é a conclusão da ligação entre o Balneário Rincão com a comunidade de Barra Velha. Foi um convênio efetuado entre o município de Içara e o governo do estado. É uma obra significativa. Faltam ainda 3km. Por isso, fizemos uma indicação de estadualização daquela rodovia a fim de que possamos com os recursos próprios do estado fazer sua conclusão e trazer mais qualidade de vida ao povo de Santa Catarina e aos veranistas da região, que tem um potencial muito grande.

A minha indicação ao governador Raimundo Colombo é para a estadualização daquele pequeno trecho de 3km.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência determina que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 9, de autoria do deputado Rodrigo Minotto; e 10, de autoria o deputado José Milton Scheffer.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Milton Scheffer.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Quero apenas reforçar o teor da indicação de minha autoria. Trata-se de uma rodovia está num estado lastimável em termos de falta de conservação. O mato toma conta da pista, há buracos. Houve vários acidentes, alguns graves. Passaram-se quatro anos, projetos foram elaborados, mas nada foi feito. Por isso apresentamos essa indicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Sobre a mesa Requerimento n. 40, de autoria do deputado Valmir Comin, solicitando a constituição de Fórum Permanente pela Construção e Implantação da Barragem do Rio do Salto, para acompanhamento desta importante obra para a região Sul do Estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 3, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao presidente do Senado, da Câmara dos Deputados e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, manifestando contrariedade à Proposta de Emenda

Constitucional n. 457/05, que trata do aumento da idade para a aposentadoria compulsória dos servidores públicos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 9, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviado ao governador o estado, pedindo informações acerca dos últimos repasses do governo do estado para a conclusão da obra do Centro de Convivência da Terceira Idade, no bairro Palmito, no município de Vitor Meireles.

Em discussão.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Pedimos a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra o sr. deputado Leonel Pavan.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Quando fomos governador, liberamos recursos para uma obra idêntica na mesma cidade e a concluímos. No entanto, já se passaram alguns anos e a obra iniciada pelo atual governo está paralisada. E o argumento, pasmem, é de que não há recursos. O governo falou aqui que Santa Catarina é o estado que mais cresce no país, que arrecada, mas não tem dinheiro para terminar uma obra tão simples e comum para uma sociedade tão pobre, que tanto necessita da obra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 10, de autoria do deputado José Milton Scheffer, a ser enviado ao

secretário da Infraestrutura, solicitando informações referentes sobre a paralisação das obras de recuperação da Rodovia SC-447, que liga os municípios de Araranguá e Meleiro.

Em discussão.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Pedimos a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra o deputado José Milton Scheffer.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Essa rodovia já foi licitada, começou a obra, mas a empreiteira abandonou o trabalho há mais de um ano. O serviço feito já está deteriorando. Neste momento agrava-se a situação por falta de sinalização e em função da própria colheita do arroz em Meleiro e Araranguá. É necessária uma revitalização da obra que foi paralisada. Uma segunda empresa foi contatada para terminar o serviço e o Deinfra ainda não prestou contas para a comunidade e tem causado uma série de transtornos para os usuários da rodovia. Apresento esse pedido de informação para que a sociedade tenha ciência no andamento dessa obra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Prezados catarinenses, quero cumprimentar a equipe do SC Transplantes. Santa Catarina é o estado que mais faz transplantes no Brasil e que melhor faz. Se o nosso estado fosse um país, seria o quarto, em todo o mundo, que melhor faz e que mais faz transplantes, porque por um conjunto de coisas. Em primeiro lugar, imagino, pelos resultados, porque as pessoas veem que a cada doação, a cada doador,

um grande número de pessoas se beneficiam, e que essas pessoas que são transplantadas passam a ter um grande resultado, já que a mortalidade média de quem é submetido ao transplante gira em torno de 6% a 7% e a sobrevida anual é mais de 92%, 93%. Então, isso além de ter um resultado bom na hora de fazer o transplante ainda tem o resultado bom na sobrevida dos pacientes que são transplantados e a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas. Imagina-se um paciente com cirrose hepática que, muitas vezes, iria a óbito se não fosse feito o transplante, assim como outros pacientes com insuficiência renal crônica que, enquanto não são transplantados, possuem uma qualidade de vida muito ruim pelo fato de ter que fazer hemodiálise três vezes por semana, dia sim, dia não, o deslocamento, o estresse de ficar ligado à máquina muitas horas e ainda a alteração metabólica que acontece por ter feito a hemodiálise, o preparo antes, o mal-estar, enfim, a qualidade de vida que a pessoa passa a ter é extraordinária. E graças a isso muitas famílias no momento trágico de acidentes com seus entes, doam os órgãos para salvar outras pessoas necessitadas. As pessoas que veem esses bons resultados somados a propaganda que a SC Transplantes faz, que a secretaria da Saúde faz, o empenho do governo, dos deputados Dalmo Claro e Carlos Fernando Coruja, que, na época deles, fizeram um esforço muito grande para melhorar esse tipo de serviço, então, graças a esse histórico, temos esse resultado.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Apenas para acrescentar ao seu discurso, preciso fazer um reconhecimento aqui ao Hospital Santa Isabel, de Blumenau, que completou o seu milésimo transplante, algo, talvez, *sui generis* no país, que é um orgulho para todos nós, catarinenses. Parabéns ao Hospital Santa Isabel!

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Parabéns ao hospital e a sua equipe. Naturalmente, tudo isso acontece porque alguém está orquestrando. No caso,

além de uma boa equipe do hospital, temos a SC Transplantes, que é uma iniciativa do governo, da secretaria da Saúde, graças a participação de todos, temos esse orgulho.

Quero falar ainda que nossas rodovias deixam uma mancha muito doída nas famílias catarinenses, nas famílias brasileiras, porque um grande número de acidentes têm ceifado pessoas do convívio das famílias. Neste fim de semana, lamentavelmente, uma moça de 20 anos, Monique Fischer, foi vítima de um acidente e, após sua morte cerebral, a família solidarizou-se e fez a doação dos órgãos, que irá beneficiar muitos pacientes, passando de 500 pacientes que serão beneficiadas de forma direta ou indireta através dessa doação múltipla de órgãos.

Então, quero saudar toda equipe da SC Transplantes, a equipe que faz a remoção dos órgãos, o transplante e, principalmente, a solidariedade das pessoas.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Querido amigo, deputado. Primeiramente quero saudá-lo, porque v.exa. tem trazido a esta tribuna temas importantes que devem ser debatidos e que servirão de alerta aos governos, estadual e federal.

A rodovia que liga BR-101 a Brusque, a SC-486, ela está sendo trabalhada para ser duplicada há muito tempo, e a cada promessa que acontece, e as falhas são nossas, porque nós somos os governantes, a cada acidente que acontece, certamente mexe com o brio de cada um e acaba nos sensibilizando. Por que as coisas não acontecem? Por que falamos tanto e as coisas não acontecem? Esperamos que os governos passem a mudar o sistema de divulgação e de realização das obras e divulgar somente quando vai iniciar a obra, senão, fica anos e anos prometendo e as coisas não acontecem. Infelizmente, vidas são ceifadas por falta dos trabalhos e de realizações das obras por parte dos governos.

Mas quero falar sobre o Hospital Santa Isabel. Eu tive a honra de receber o diploma *Amigo do Hospital Santa Isabel*. Enquanto estive no governo, enquanto fui governador, vice-governador, em todas às vezes que assumi um cargo público, nunca deixei de atender um pleito do hospital quando me eram encaminhados. Porque nós sabemos da importância desse hospital e de tantos outros hospitais de Santa Catarina. Mas eu tive a honra de ser homenageado por esta instituição e v.exa. está-se referindo a essa importante entidade, essa casa de saúde do estado, do município de Blumenau.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Suas palavras serão incorporadas ao meu discurso.

Quero destacar que, v.exa. que foi governador, certamente sentiu a dificuldade, a burocracia, na hora de fazer uma determinada obra e ser barrado pelo tempo da burocracia. Não somente na recuperação das estradas, pois a recuperação faz parte disso. Vejo que o mês de janeiro e fevereiro, praticamente, não vi nenhuma rodovia sendo recuperada ou tapando os buracos. Minha observação é que a burocracia, a máquina do governo, depois do dia 15 de dezembro, é obrigada a fechar para fazer a contabilidade final e depois somente abre no final de janeiro, dizem, mas ela começa a rodar só depois do carnaval. Então, esperamos que depois do carnaval a máquina abra e já possa vencer todas as fases burocráticas e possa recuperar inúmeras estradas para melhorar a qualidade de vida de quem as usa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Mario Marcondes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARIO MARCONDES - Sr. presidente, nobres deputados, ouvintes da TVAL, Rádio Alesc Digital.

Quero registrar a presença da ex-prefeita de Gravatal, do PR, a Celinha. Seja bem-vinda!

O que me traz à tribuna, nesta manhã, é o registro muito importante, que o deputado José Milton Scheffer já fez, sobre a importância da

religião no dia a dia das pessoas, da comunidade, da sociedade como um todo.

Gostaria de registrar um evento que vai ocorrer entre os dias 20 e 22 de fevereiro, I Vitrine Religiosa, promovida pelo Sebrae, que será realizada no município do vale do rio Tijucas, em Nova Trento, no santuário da Santa Paulina. Um evento onde, segundo informações do Sebrae, passará mais de dez mil pessoas. Evento esse que trará o fortalecimento ao sentimento religioso que Nova Trento tem com a santificação da madre Paulina e que, certamente, ajudará no turismo religioso que este município tem-se destacado nos últimos anos.

Eu gostaria de fazer menção e ler o que o Sergio Fernandes Cardoso, diretor administrativo financeiro do Sebrae falou sobre esse evento: (Passa a ler.)

"A região de Nova Trento recebe mensalmente 60 mil visitantes. Apesar disso, detectemos que a região precisa agregar valor aos seus produtos, ampliar a permanência do visitante e diminuir a sazonalidade. As peregrinações que atualmente são sazonais necessitam também de uma divulgação dirigida para uma maior permanência dos peregrinos, aproveitando as estruturas e diferenças turísticas dos municípios participantes. Essa Vitrine Religiosa é o primeiro passo para mudarmos esse cenário e tornar a região referência nacional de excelência no turismo religioso". Comenta Sérgio.

Há de se destacar o trabalho do Sebrae, juntamente com a participação da Santur e também do ministério do Turismo.

Mas o que sempre nos preocupou e hoje foi uma manifestação reiterada de vários parlamentares desta tribuna, foi a situação das nossas estradas. Então, gostaria de falar da nossa SC-411, que liga Tijucas a Nova Trento. O estado daquela BR é o exemplo e o retrato de tantas quantas que foram as manifestações hoje e mencionadas nesta tribuna, na manhã desta quinta-feira. A quantidade de mortes e acidentes naquela BR tem sido algo rotineiro e constante. É impossível que se queira desenvolver

neste estado, o vale do Rio Tijucas, com o crescimento do setor cerâmico, com a pujante estrutura industrial do parque industrial do calçado de São João Batista, com o nosso turismo religioso de Nova Trento, se não tivermos uma BR que possa dar segurança às pessoas, aos transeuntes, aos veículos que por lá passam, aos visitantes, tendo em vista a falta de manutenção. Há um encaminhamento, provavelmente, para a próxima semana, de um requerimento deste deputado para a revitalização daquela BR. Só que vou salientar aqui: a revitalização daquela BR é uma solução paliativa. Aquela BR necessita de duplicação. Se nós queremos que o nosso vale do Rio Tijucas, estendendo até um pouco mais, Brusque, Major Gercino, Guabiruba, todos os municípios que compõem aquele entorno, melhore, vamos ter que ter acesso. Estamos perto dos portos, estamos perto da BR-101, mas o acesso até a BR, até o próprio Porto de Itajaí, está muito complicado.

Então, aqui está um pedido deste deputado para que olhem pelo vale do Rio Tijucas, para que olhem pela nossa SC-411 e que tenhamos em breve a revitalização com um projeto futuro de duplicação daquela BR, para que possamos fazer com que aquela região, que foi esquecida nos últimos anos, possa voltar a crescer. Que a nossa indústria cerâmica, o nosso calçado, o nosso turismo religioso, a nossa agricultura, de Major Gercino, salientando, possam continuar crescendo. O deputado Serafim Venzon que trafega por ali toda a semana, sabe das dificuldades, é um deputado da nossa região que representa e representou por muito tempo o nosso vale do Rio Tijucas e continua representando. Tenho certeza, de que com o pedido deste deputado, juntamente com o pedido do deputado Serafim Venzon e de outros deputados que compõem esta Assembleia, vamos conseguir a revitalização daquela SC e, futuramente, a duplicação da SC-401, que liga Nova Trento a Major Gercino.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MARIO MARCONDES - Pois não!

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Deputado Mario Marcondes meus parabéns pelo pronunciamento de v.exa., que é natural de São João Batista, terra do vale do Rio de Tijucas, e sem dúvida nenhuma o vale tem contribuído em muito na SDR de Brusque para o desenvolvimento de Santa Catarina. Tijucas, que vem crescendo muito, começou com a indústria da pesca e com a Porto Belo teve um crescimento extraordinário; São João Batista, que dá uma grande contribuição através da indústria calçadista e que cresce todos os dias em qualidade do seu produto; Nova Trento, que é a segunda cidade mais procurada depois de Florianópolis por conta da Santa Paulina; Balneário Camboriú, e aqui esta o deputado Leonel Pavan, representante daquele belo município muito visitado. E Major Gercino naturalmente uma região extraordinariamente bonita, agora ainda melhor, com a SC asfaltada, que vai até Major Gercino e que tem inúmeras usinas hidrelétricas, as chamadas PCHs, que dá uma contribuição muito grande ao sistema energético e também a parte turística de Santa Catarina.

Então, v.exa. aqui no Parlamento, sem dúvida nenhuma, poderá ajudar em muito e dar a importância que a SDR de Brusque tem e, particularmente, ao vale do Rio Tijucas.

O SR. DEPUTADO MARIO MARCONDES - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon, pelo seu aparte e, principalmente pelo fortalecimento dessa manifestação minha, hoje, na tribuna salientando a importância efetivamente de Major Gercino, muito bem lembrado pelas PCHs, onde tanto se fala em crise energética, mas temos ali uma produção e queremos que o governador do estado olhe um pouco pelo vale do Rio Tijucas.

E para encerrar, queria fortalecer o convite às pessoas de crença religiosa, que compareçam a Nova Trento entre os dias 20 e 22 para a I Vitrine Religiosa, que está sendo promovida pelo Sebrae, juntamente com os municípios que compõem aquela região, que são: Major Gercino, São João Batista, Nova Trento, Tijucas e Brusque.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, o próximo orador inscrito, o sr. deputado Dr. Vicente Caropreso, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Muito obrigado, sr. presidente, srs. parlamentares aqui presentes, venho aqui trazer um pouco do aprendizado que tive na semana passada e quero aqui dar um grande abraço ao prefeito Napoleão Bernardes, de Blumenau, que me recebeu com todos os secretários que faziam controle financeiro do município e também com o sr. Carlos Roberto Pakuczewsky, que é o coordenador do Observatório Social de Blumenau.

O que significa esse Observatório Social? É uma organização não governamental de cunho voluntário que faz o controle dos gastos públicos. Eles são especializados em saber o destino correto das verbas públicas, eles estão presentes quando da abertura dos envelopes em licitações, eles estão presentes e avisam aos secretários, aos prefeitos, enfim, aos vereadores, do correto uso e da eficiência das obras públicas. Eles acompanham, por exemplo, uma edificação sendo feita, eles acompanham o controle da qualidade dos materiais que foram adquiridos depois de uma determinada licitação.

E foram vários milhares de reais que foram poupados dos cofres públicos em Blumenau em razão de uma atuação firme, organizada e, também até certo ponto, patrocinada por algumas entidades civis, tendo como sede a Associação Empresarial de Blumenau, a Acib, onde trabalham dois funcionários e mais alguns voluntários. São 13 entidades que a mantém, que pagam alguma coisa para que essas duas pessoas façam o trabalho continuamente.

Então, esse tipo de controle social estava faltando no Brasil e há alguns anos já existe em algumas cidades, como São José, Itajaí, Florianópolis, Brusque, Rio do Sul, Tubarão e Indaial. Nós esperamos que a sociedade civil acompanhe o desenvolvimento dessas iniciativas

importantes da nossa sociedade e que isso possa trazer, e trará, com certeza, uma tranquilidade muito maior na apresentação das contas e na prevenção dos desvios, tão frequentemente alardeado pela imprensa nacional e estadual.

Portanto, quero deixar aqui o meu abraço e todo o reconhecimento feito pela Associação Empresarial de Blumenau, a Acib, e, em especial, ao prefeito Napoleão Bernardes, que vê essa entidade como uma entidade que o ajuda muito na administração, alertando, reduzindo os gastos com aluguéis que não eram mais prestados para prefeitura, com a colocação de GPSs em todos os carros que circulam da Prefeitura Municipal de Blumenau, enfim, acho que o referido prefeito está fazendo história, além disso, com decreto melhorando todo o sistema de controle interno da prefeitura dando tempo e prazo para que as coisas aconteçam no seu devido tempo.

Eu estou aqui acompanhado dos deputados Leonel Pavan e Serafim Venzon que, por acaso, são do meu partido, e temos que nos orgulhar do trabalho em relação ao controle que está feito nos gastos públicos de Blumenau, numa época de penúria de arrecadação, numa época em que estamos vendo as contas públicas com dificuldade de pagar.

Gostaria de abordar outra situação aos companheiros parlamentares. Acabei de sair do DNIT e lá fui informado que, no final de ano, não havia dinheiro para pagar e as obras pararam. Tudo para no país em razão do descontrole.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Pois não, concede o aparte, deputado Leonel Pavan.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Querido amigo, deputado Dr. Vicente Caropreso, v.exa. que foi deputado federal e um dos grandes deputados do nosso Brasil, que tem uma grande experiência na vida pública, sabe muito bem quais as pessoas estão administrando com competência, conhecimento e ética. E ao citar um jovem, que é não apenas uma revelação política de Santa Catarina, mas uma revelação como administrador e como gestor

público, Napoleão Bernardes, esse jovem que nos surpreende pelo seu caráter e pela firmeza com que ele defende algumas questões. Essa questão do enxugamento da máquina pública, de diminuir os gastos lhe custou muito na sua cidade porque muitos se sentiram prejudicados, porque ele teve que cortar na própria carne. E ele teve que tirar alguns benefícios que existiam e foi duramente criticado.

Porém, hoje, já estamos vendo que ele está se sobressaindo na sua administração e muito mais reconhecido em outros estados brasileiros. Recentemente, ele esteve em São Paulo a convite do próprio governador Alckmin para falar um pouco da gestão que ele está realizando em Blumenau.

Então, o seu pronunciamento enaltecendo e falando das conquistas do governo de Napoleão Bernardes, de Blumenau, não só tem o nosso aval, como de grandes líderes políticos do Brasil. E eu faço questão de registrar no seu pronunciamento essas minhas colocações porque eu fui prefeito três vezes, sou admirador dele e apoio atitudes que venham trazer benefícios da sociedade, como o exemplo de diminuir gastos públicos, os gastos supérfluos.

Por isso, meus parabéns pelo seu pronunciamento.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Muito obrigado, deputado Leonel Pavan. Concedo um aparte ao meu amigo, companheiro, colega médico, deputado Serafim Venzon.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Vicente Caropreso, parabéns por abordar esse tema, v.exa. tem muita experiência em administração pública, já foi deputado federal durante quatro anos, agora retorna aqui a Santa Catarina para dar uma grande contribuição como deputado estadual.

E v.exa. aborda uma figura, o prefeito Napoleão Bernardes, que é alguém que tem um carisma extraordinário e que, mesmo saindo de uma eleição, com todas as dificuldades que existem, com os comprometimentos, consegue se destacar. Na

verdade, vejo que a grande dificuldade, os problemas que o referido prefeito está enfrentando agora é justamente a história de uma campanha, do evento da campanha com a administração pública, que justamente terá que passar por uma grande lavagem, por uma grande reflexão de toda sociedade brasileira, temos que ter, de fato, grandes administradores públicos para termos o dinheiro público bem aplicado. Teremos que fazer uma reflexão já no momento da eleição.

Parabéns a v.exa. por levantar esse tema.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

Cumprimentando também o prefeito Napoleão Bernardes que, depois de uma conversa importante que tivemos, na última quinta-feira, começou uma campanha antecipada contra a dengue. Vemos aí municípios que quase perderam o controle, mas ele se antecipou e pediu para as pessoas realmente se envolverem.

Mas queria complementar, sr. presidente, falando sobre as dificuldades que a Fundação Catarinense de Educação Especial está passando, como chuva entrando, trabalho parado. O início do ano letivo aí se avizinando e, realmente, as fotografias que nos foram passadas são de teto caído, madeira apodrecida. Então, pediríamos realmente um atendimento especial do secretário de Educação para essa instituição.

Eu lembro que quando foi fundada a Apae de Blumenau todo o material humano técnico e todo planejamento foi feito na formação de todas as Apaes de Santa Catarina via Fundação Catarinense de Educação Especial, sob o comando sempre do meu ex-professor, sr. José Álvaro de Oliveira, que sempre foi o comandante, a pessoa que levava com o coração aquela instituição.

Então, está aqui a minha lembrança e pedimos às autoridades da área que tomem as devidas providências.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Gostaria de registrar a presença do nosso deputado

estadual, suplente do PSB, colega e amigo Marcelo Schrubbe, ex-vereador aqui do município, parceiro do Napoleão, secretário, não sei se já reassumiu a pasta, mas se reassumiu tenho certeza de que continuará fazendo um brilhante trabalho que sempre fez junto a Defesa Civil daquele município.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.